

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

Faculdade de Medicina

Curso de Psicologia



Trabalho de Conclusão de Curso

O que podemos *não* fazer enquanto psicólogos:
articulações entre o pensamento de Foucault e Agamben.

Raysha Thereza Nery

Pelotas, 2016

Raysha Thereza Nery

O que podemos não fazer enquanto psicólogos:
articulações entre o pensamento de Foucault e Agamben.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Psicologia da Universidade
Federal de Pelotas, como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Orientador: Édio Raniere

Pelotas, 2016

Raysha Thereza Nery

O que podemos não fazer enquanto psicólogos:
articulações entre o pensamento de Foucault e Agamben.

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado, como requisito parcial, para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia, Curso de Psicologia, Universidade Federal de Pelotas.

Data da Defesa:

Banca examinadora:

.....
Prof. Dr. (Orientador)

Doutor em pela Universidade.....

.....
Prof. Dr.

Doutor em pela Universidade.....

Liberdade completa ninguém desfruta: começamos oprimidos pela sintaxe e acabamos às voltas com a Delegacia de Ordem Política e Social, mas, nos estreitos limites a que nos coagem a gramática e a lei, ainda nos podemos mexer.

Graciliano Ramos

Resumo

NERY, Raysha Thereza. **O que podemos não fazer enquanto psicólogos: articulações entre o pensamento de Foucault e Agamben.** Trabalho de Conclusão de Curso. Curso de Psicologia, Faculdade de Medicina, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas-RS, 2016.

O presente trabalho se propõe a lançar uma questão sobre a práxis do psicólogo e seus cerceamentos teóricos e técnicos e, para isso, utiliza uma cena como disparador do pensamento. Utilizando o método genealógico, se procura pensar a partir de Foucault os conceitos de poder, saberes sujeitos e norma, bem como os conceitos de potência, potência de não e inoperosidade em Agamben.

Palavras-chave: prática psicológica; potência; potência de não; inoperosidade.

Abstract

This work wants to make a question about the psychological practice and the theoretical and technical limitations and, to do this, use a scene for start the discuss. The research using the genealogy method and the concepts of power, subjected knowledge and norm from Foucault, and potentiality, potentiality not to and inoperative from Agamben.

Keywords: psychological practice; potentiality; potentiality not to; inoperative.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1 METODOLOGIA	8
2. BARTLEBY ENTRA EM CENA	10
3. PENSANDO COM FOUCAULT: APROXIMAÇÕES ENTRE A PSICOLOGIA E A NORMA.....	12
4. PENSANDO COM AGAMBEN: A FÓRMULA BARTLEBY, POTÊNCIA DE NÃO E INOPEROSIDADE.....	17
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA ÉTICA BARTLEBY DA INOPEROSIDADE?	23
6. REFERÊNCIAS.....	25

1. Introdução

A atuação do psicólogo está, desde sua formação profissional, atrelada a arcabouços teóricos e metodológicos, a um conjunto de técnicas, instrumentos, a códigos de classificação diagnósticos, a uma série de normalizações que delimitam e conduzem sua performance no campo de trabalho. Dessa forma, o psicólogo deve seguir e realizar uma série de preceitos.

O presente trabalho se propõe a realizar uma análise da formação discursiva da Psicologia enquanto discurso científico, bem como os engendramentos do mesmo com o poder. A partir disso, questionar as limitações técnicas e as possíveis linhas de fuga que o psicólogo pode no exercício de sua profissão.

1.1 Metodologia

A história das ciências situa-se no eixo conhecimento-verdade, que vai da estrutura do conhecimento à verdade. A genealogia dos saberes, por sua vez, situa-se no eixo discurso-poder, das práticas discursivas ao enfrentamento do poder. (CASTRO, 2016, p. 187)

Foucault pontua, como nos introduz Azambuja (2013), que a genealogia seria melhor definida pelas expressões de proveniência e emergência, do que por origem, caracterizando-se por “uma pesquisa dos fatos da vida e da história tidos normalmente como ‘menores’. Das micropolíticas e dos micropoderes.” (p. 128)

Herkunft é a proveniência. Trata-se de pesquisar não a semelhança, mas articular uma complexa rede de elementos singulares e sutis e decifrá-la pacientemente. A tarefa não é mostrar que o passado original ainda está vivo, mas, antes, como o presente foi constituído [...]. A proveniência trata o corpo como lugar privilegiado no qual a história efetuou-se e efetua concretamente. (Azambuja, 2013, p. 129)

Foucault disserta também sobre a expressão emergência:

Entstehung é a emergência. A emergência se produz no complexo jogo de fatores e forças que a produzem. A análise da emergência deve desmascarar as forças e as vontades implicadas. [...] Ela sempre se dá numa relação entre dominados e dominadores. As regras estabelecidas são apenas mais uma violência, ou seja, uma forma de dominação. [...] Insurge-se a genealogia contra os metarrelatos da história. Ela quer colocar em cena os saberes marginalizados (dos loucos, dos presos, por exemplo) como elementos importantes na construção de um saber. É uma pesquisa que faz-se crítica à ciência e, ao mesmo tempo, assume em seu processo elementos valorativos que permitem avaliar e não somente descrever. (Azambuja, 2013, p. 129)

Dessa forma, a partir dos apontamentos acima mencionados sobre o método genealógico, que se pretende uma melhor exploração e elaboração sobre o problema dessa pesquisa. Procura-se pensar em uma análise das práticas e relações de poder, nas proveniências e emergências históricas que estabelecem a atuação do psicólogo enquanto regida por um conjunto de normalizações, bem como se existem e, se sim, quais dispositivos permitem ao psicólogo que sua prática não esteja limitada a ela.

2. Bartleby entra em cena

Era uma tarde de terça-feira como outra qualquer no CAPS AD¹ de uma cidade no interior do Rio Grande do Sul. Fazia frio e estava muito úmido. A previsão do tempo já alertava que a probabilidade do dia ser chuvoso era alta. O clima, porém, não impediu que muitas pessoas procurassem o serviço, algumas para atendimentos já agendados e outras para serem acolhidas, pois estavam indo ao serviço pela primeira vez. No CAPS em questão havia entre os funcionários uma escala de plantão para realizar os acolhimentos que ocorriam durante os turnos. Naquela tarde era o psicólogo Bartleby o escalado como plantonista.

Bartleby estava na sala da coordenação, onde os profissionais costumam ficar quando não estão realizando nenhum atendimento, discutindo o caso de um usuário² com um assistente social. O secretário entrou no local trazendo em suas mãos um envelope de papel pardo. Assim, interrompendo a conversa, o entregou a Bartleby, informando que aquele era o prontuário de um usuário que necessitava ser acolhido. O psicólogo leu o nome que estava escrito em caneta preta no envelope e avaliou seu conteúdo para verificar se a ficha de anamnese estava ali.

Assim, Bartleby se dirigiu até a sala de espera do CAPS e chamou em voz alta o nome que acabara de ler. Afonso, um homem de meia idade, alto, cabelo já grisalho, se levantou sorrindo e o acompanhou até a sala.

Durante o diálogo, no qual Bartleby procurava conhecer mais aquele homem à sua frente e preencher os dados requeridos pela folha de anamnese, Afonso contou que era artista plástico, mas que agora trabalha em um negócio da família, pois o seu uso de álcool acabou prejudicando sua carreira.

Afonso procurava o CAPS AD pois tinha o objetivo de parar de beber e poder se dedicar novamente às artes plásticas que tanto gostava e pela qual seus olhos brilhavam de entusiasmo enquanto contava.

¹ Centro de Atenção Psicossocial Álcool e outras Drogas.

² O termo usuário se refere ao sujeito que utiliza os serviços do Sistema Único de Saúde, sendo necessário nesse contexto distinguir daquele que faz uso de substâncias psicoativas.

Bartleby precisava avaliar se o serviço poderia acolher o usuário, para isso era necessário compreender suas demandas e o estado de sua saúde mental. Para tal, dois critérios eram essenciais, identificar se o usuário possuía alucinações e/ou ideação suicida. Dependendo do que fosse relatado por Afonso, o psicólogo poderia dar seguimento ao protocolo de atendimento do serviço ou efetuar um encaminhamento. Sendo o CAPS um dispositivo de atenção secundária da Rede de Atenção à Saúde, não atende casos de alta complexidade e/ou emergências.

Dessa forma, Bartleby ao questionar sobre ideação suicida recebe uma negativa como resposta e, então, avança para o segundo critério, as alucinações.

Afonso faz uma pausa e começa a contar cautelosamente: estava parado na varanda de sua casa a noite e avistou um cão preto vindo em sua direção, parou a uns metros dele, ficaram se observando durante um tempo e o cão seguiu seu caminho indo embora. Em seguida que narrou o acontecido disse não saber do que se tratava, se de um acontecimento “real”, uma alucinação ou uma visão.

Dado essa última informação, na qual Afonso levantou a hipótese de ser uma visão, Bartleby perguntou se o mesmo possuía alguma crença religiosa. O homem grisalho a sua frente, prontamente o respondeu afirmando ser espiritualista.

Essa situação provocou em Bartleby certo incômodo. A partir do relato de Afonso, teria ele que classificar tal experiência enquanto uma alucinação ou não. Nesse instante, Bartleby se viu sentado à frente daquele homem, suas rugas denunciavam que este possuía, no mínimo, uns quinze anos a mais que o jovem psicólogo, e se perguntou: o que me difere de Afonso? O que em mim possui tanto poder para tomar essa decisão?

3. Pensando com Foucault: aproximações entre a Psicologia e a norma.

O filósofo francês Michel Foucault (1926 – 1984) dedicou sua obra ao estudo do poder, não com o intuito de formular uma teoria, se a entendermos como uma exposição sistemática, mas a uma análise do funcionamento do mesmo. Sua filosofia política seria, utilizando suas palavras, uma “filosofia analítica do poder”. O autor considera o poder não como uma substância ou qualidade, como algo que se possui ou se tem, mas sim na forma de uma relação, uma relação de força.

Foucault pensa uma arqueologia das formações discursivas para aproximar os conceitos de saber e poder, questionando sobre a ambição de poder que um discurso pode ter para adquirir o status de ciência. É nesse sentido que o filósofo coloca as seguintes questões, as quais poderíamos pensar, retomando a cena anteriormente descrita, como sendo também enunciadas pelo psicólogo Bartleby:

Quais tipos de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem ser este saber uma ciência? Qual sujeito falante, qual sujeito discorrente, qual sujeito de experiência e de saber vocês querem minimizar quando dizem: ‘eu, que faço esse discurso, faço um discurso científico e sou cientista’? Qual vanguarda teórico-política vocês querem entronizar, para destaca-la de todas as formas maciças, circulantes e descontínuas de saber? (FOUCAULT, 2010a, p. 11)

Dessa forma, o filósofo propõe que há uma hierarquia entre as formações discursivas, na qual o discurso científico se sobreporia aos saberes sujeitados. E, por saberes sujeitados, o autor entende aqueles desqualificados por serem não-conceituais, insuficientemente elaborados, saberes ingênuos, abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos. (Ibid, pg. 8)

Com o intuito de pensar os mecanismos de poder, seus efeitos e relações do discurso científico da psicologia que podemos recorrer a uma genealogia, pois:

As genealogias são, muito exatamente, anti-ciências. Não que elas reivindicuem o direito lírico à ignorância e ao não saber, não que se tratasse da recusa de saber ou do pôr em jogo, do pôr em destaque os prestígios de uma experiência imediata, ainda não captada pelo saber. Não é disso que se trata. Trata-se da insurreição dos saberes. Não tanto contra os conteúdos, métodos ou os conceitos de uma ciência, mas de uma insurreição sobretudo e acima de tudo contra os efeitos centralizadores de poder que estão vinculados à instituição e ao funcionamento de um discurso científico organizado no interior de uma sociedade como a nossa. (Foucault, 2010a, p. 10)

Apostando em uma genealogia da psicologia, Kleber Prado Filho (2014) buscou apontar proveniências e emergências históricas de algumas práticas pertencentes a outras tradições que adentraram no domínio da psicologia, assim constituindo-se como regime científico e afirmando-se como técnicas e instrumentos de intervenção psicológica.

O primeiro objeto da análise refere-se à prática de inquérito, a qual é reintroduzida na Idade Média pela Igreja Católica como método de extração da verdade com o objetivo de confissão de culpa. Esse modelo inquisitorial é uma das matrizes da justiça moderna, onde o inquérito ganha um caráter documental como registro oficial e serve de suporte para uma sentença.

Essa prática moderna de inquérito enquanto a “arte da pergunta” e do “fazer falar” implicam em uma tecnologia de produção e registro de verdades que, por sua vez, constituem um suporte metodológico e epistemológico para diversas disciplinas que operam como ciências inquisitoriais. Uma dessas disciplinas é a Psicologia, que acaba desenvolvendo uma tecnologia de entrevista, sendo as entrevistas um instrumento fundamental na prática profissional e amplamente utilizado nos mais diversos campos de atuação.

A difusão das práticas de inquérito, por sua vez, está ligada a tecnologia de confissão, “um tipo de inquérito espiritual, íntimo e interiorizante, denominado ‘exame de consciência’” (PRADO FILHO, 2014, p.110). Essa confissão é considerada um exame de si, um inquérito de si mesmo, que tem por objetivo a busca de uma verdade interior.

Conforme Foucault, a confissão é um estranho tipo de relação na qual aquele que fala tem o desconhecimento e quem escuta tem o poder de interpretar, atribuir penitência e perdoar, configurando uma inversão de posições, visto que, habitualmente, quem fala detém o conhecimento e o poder – inclusive de falar- e quem escuta tem o desconhecimento e o dever ou obrigação de escutar. (PRADO FILHO, 2014, p.111)

As práticas de confissão ultrapassam os limites da Igreja Católica, onde pertenceram ao confessionário e a Inquisição, rumo à justiça moderna. Assim, a

tecnologia de confissão ganha status de escuta terapêutica e enquanto regime científico possibilita o surgimento das ciências confessionais. A Psicologia, sendo uma dessas ciências, acaba desenvolvendo técnicas de escuta, interpretação e intervenção sobre o sujeito tendo como matriz as práticas de confissão.

Como técnicas de acesso à verdade e de produção de conhecimento sobre o sujeito, sua vida, sua conduta e sua subjetividade, as práticas de confissão e de inquérito servem de matrizes ao desenvolvimento de uma multiplicidade de práticas psicológicas, reconhecidas como técnicas legítimas, científicas, aplicadas, na maior parte das vezes, desvinculadas de suas ligações e efeitos políticos. (PRADO FILHO, 2014, p. 113)

Derivada de uma linha de proveniência disciplinar as práticas de vigilância, enquanto modalidade do biopoder, possibilitam “vigiar, pela aplicação política do olhar, os indivíduos em relação aos espaços” (PRADO FILHO, 2014, p. 113). Essa prática aponta para uma subjetivação consequente da total e exaustiva exposição à vigilância. De acordo com Foucault, “essa capacidade de penetração no comportamento dos indivíduos fazem das práticas de vigilância um instrumento de adestramento” (Ibid. pg. 114).

As práticas de vigilância ao serem colocadas em regime científico da Psicologia resultam nas técnicas de observação sistemática, operando como “método visual de coleta de informações e instrumento de produção de verdades e conhecimentos sobre o indivíduo: seu corpo, movimento, gestos e atitudes, mas também sua conduta e seu comportamento” (Ibid. p.114).

Ainda derivado dessa linha de proveniência disciplinar, os procedimentos de exame se utilizam das técnicas de vigilâncias, de uma constante e permanente observação sistemática dos corpos para produzir registros detalhados. Esse procedimento de escrita permite constituir os indivíduos como objeto analisável, bem como criar um “sistema comparativo que permite a identificação dos desvios entre os indivíduos e sua distribuição conforme uma amostragem e uma população, articulando-se ao jogo da norma” (PRADO FILHO, 2014, p. 216).

Esse procedimento é considerado um regime científico no campo da Psicologia a partir da psicometria, um conjunto de técnicas de avaliação e exame

psicológico, que além de desenvolver instrumentos reconhecidos para avaliar, também se pronuncia sobre as virtualidades da conduta do indivíduo, a exemplo do exame criminológico que permite analisar as possibilidades de recuperação social do criminoso.

Desse modo, vinculada aos procedimentos disciplinares surge a tecnologia política da norma.

Como forma de biopoder e aplicação disciplinar, a norma opera objetivando sujeitos, individualizando seus corpos, comparando-os entre si e marcando suas identidades particulares, aplicando, correlativamente, estratégias subjetivantes que normalizam e regulam suas condutas, governam suas vidas e produzem suas subjetividades. (PRADO FILHO, 2014, p. 118)

A norma refere parâmetros de comparação entre os indivíduos estabelecendo, assim, um padrão de normalidade e anormalidade, padrões de conduta e comportamento socialmente reconhecidos. A aplicação da mesma remete a um exercício de poder sutil com sustentação científica que também apresenta um caráter de julgamento moral e marcação social.

Ademais, a norma como tecnologia política se articula em práticas de individualização, identificação e normalização. Um processo que consiste em separar os corpos como unidades individualizadas para que se possa identificar em cada um suas particularidades e, assim, poder comparar e classificar os indivíduos entre si e em relação à norma, podendo corrigir os desvios os reconduzindo à normalidade. (PRADO FILHO, 2014)

A partir dessa análise, Prado Filho conclui que a Psicologia contribuiu para a constituição de uma tecnologia de produção de indivíduos com seus conceitos e saberes do sujeito psicológico, bem como com seus instrumentos de acesso e intervenção da subjetividade e do comportamento.

Entretanto, o autor aponta que as relações da tecnologia da norma com a Psicologia são mais extensas, estando a norma no cerne e na constituição dessa disciplina. Pois, com a demarcação de territórios dos saberes psicanalíticos e psiquiátricos, teria restado a Psicologia os domínios da normalidade e da

consciência, sendo então considerada a ciência da consciência e a ciência do normal.

Se retomarmos a cena delineada anteriormente pensando na Psicologia como ciência da norma, podemos nos questionar se a performance do psicólogo Bartleby estará sempre articulada a uma tecnologia de normalização, se sua atuação sempre será limitada pelas possibilidades já estabelecidas a partir da construção teórica e técnica do próprio saber psi.

4. Pensando com Agamben: a fórmula Bartleby, potência de não e inoperosidade.

O escritor norte-americano Herman Melville publicou no ano de 1853 o conto intitulado *Bartleby, o escrevente: uma história de Wall Street*. A história é narrada por um advogado que assim se descreve:

[...] sou um homem que desde a juventude se imbuí da profunda convicção de que levar uma vida mais pacata é o melhor modo de se viver. Por isso, embora tenha uma profissão proverbialmente agitada e nervosa, às vezes quase turbulenta, nunca deixei que nada dessa natureza invadissem minha paz. Sou daqueles advogados nada ambiciosos que nunca interpela um júri ou que, de um modo ou outro, arranca aplausos do público; mas que, em vez disso, na neutra calma de um cômodo refúgio, pratica, em meio a ações e hipotecas e escrituras de homens ricos, um ofício cômodo. Todos os que me conhecem me tem como um homem sobretudo *seguro*. (MELVILLE, 2015, p. 58)

Os escritórios do advogado ficavam no segundo andar de um prédio na Wall Street, onde trabalhavam seus três funcionários, Turkey e Nippers, dois copistas-escreventes, e Ginger Nut, um rapaz de uns doze anos que ali estava como aprendiz de leis, contínuo, faxineiro e provedor de bolachas e maçãs para seus colegas.

Além de suas atribuições originais, de “transferência e averiguação de títulos de propriedade e redação de intrincados papéis de todos os tipos” (Ibidem, p. 66), o advogado foi nomeado procurador do Tribunal de Justiça do estado de Nova York. Havendo, assim, muito trabalho para os escreventes com a ampliação e o aumento das atividades, o advogado decidiu contratar novos funcionários se utilizando de um anúncio.

Em reação ao meu anúncio, um estático jovem postou-se numa manhã à entrada do escritório, cuja porta estava aberta por ser verão. Vejo ainda aquela figura - palidamente asseada, lastimosamente respeitável, incuravelmente desolada! Era Bartleby. (Ibid., p. 66)

Após expor suas qualificações, Bartleby é contratado e começa a trabalhar como copista. No começo o escrevente fazia uma grande quantidade de cópias, copiava sem descanso durante o dia e a noite. Trabalhava, como relata o advogado:

Como se há muito faminto por algo para copiar, ele parecia se empanturrar com meus papéis. Não havia folga para digestão. [...] Tivesse ele alguma animação, teria me regozijado muito com sua diligência. Mas ele escrevia silenciosa, apagada, mecanicamente. (Ibid., p. 67)

Uma das funções dos escreventes era analisar a exatidão da cópia que produziam, palavra por palavra. Para isso, sentavam-se em dois e enquanto um lia em voz alta a cópia, o outro ia conferindo cada sentença do documento original. Alguns documentos legais continham um número elevado de páginas. Era uma tarefa “monótona, cansativa e letárgica” (Ibid., p. 67).

Devido à quantidade de trabalho, em determinados momentos o próprio advogado ajudava no exame das cópias. E era esse seu objetivo ao chamar Bartleby, no seu terceiro dia de trabalho, para conferir um pequeno documento:

Na pressa e na natural expectativa de sua pronta cooperação, sentei-me com a cabeça inclinada sobre o original em cima da mesa e a mão direita virada de lado e, um tanto nervosamente, estendida com a cópia, de modo que, assim que emergisse do seu refúgio, Bartleby pudesse pegá-la e se entregar à tarefa sem mais delongas. [...] Imaginem minha surpresa, ou melhor, consternação, quando, sem sair de seu isolamento, Bartleby, numa voz singularmente calma, firme, respondeu: “Preferiria não.” (Ibid., p. 68)

O filósofo italiano Giorgio Agamben utiliza no decorrer de suas obras a personagem de Bartleby como paradigma para suas reflexões. A primeira aparição ocorreu no ano de 1986 no artigo *Quatro glossas a Kafka*, seguido por *Bartleby não escreve mais* (1988), *A comunidade que vem* (1990), *Bartleby, ou da contingência* (1993), e em dois volumes da tetralogia *Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua* (1995) e *Opus Dei* (2012)³. (Guimarães, 2015)

³ A análise de Guimarães abrange desde 1986, ano da obra *Quatro glossas a Kafka*, até dezembro de 2014, data de encerramento da sua pesquisa.

Agamben se refere ao paradigma como uma abordagem metodológica, a partir do qual se utiliza um objeto, nesse caso Bartleby, para elucidar contextos mais amplos. Agamben entende o paradigma como:

'Um caso singular que é isolado do contexto do qual forma parte, só na medida em que, exibindo sua própria singularidade, torna inteligível um novo conjunto' [...] Um paradigma é, em suma, um exemplo¹ que, pelo fato de ser um exemplo, é um modelo. Trata-se de um exemplo 'cuja função é construir e fazer inteligível um inteiro e mais amplo contexto histórico-problemático'. (CASTRO, 2013, p. 154)

Agamben pensa o paradigma Bartleby a partir de outros paradigmas que, por sua vez, conformam duas constelações, a literária e a filosófica. Na constelação literária o autor aproxima Bartleby de outras personagens literárias tendo como ênfase a figura do escrivão. Dessa forma, outros paradigmas que surgem são as personagens Akáki Akákievitch (do escritor Nicolai Gógol em *O capote*), Bouvard e Pécuchet (da obra homônima de Flaubert), Simon Tanner (de Robert Walser em *Os irmãos Tanner*), Príncipe Míchkin (de Dostoiévski em *O idiota*) e os tribunais kafkanianos (de Kafka em *O processo*).

Na constelação filosófica Agamben tem como questão principal a potência e utiliza diversos filósofos como paradigmas, entre eles Deleuze, Leibniz, Nietzsche, Benjamin e, principalmente, Aristóteles.

Apesar de utilizar a personagem em obras anteriores, é em *Bartleby, ou da contingência* que Agamben estabelece e desenvolve mais detalhadamente sua proposta de operar Bartleby enquanto paradigma para pensar a potência humana.

Agamben começa a análise com Aristóteles e sua indagação sobre “a natureza do pensamento em potência e o modo da sua passagem ao ato de intelecção” (Agamben, 2015, p. 13). Para isso, Aristóteles compara o intelecto-pensamento-mente (nous) a uma tabuleta para escrever sobre a qual nada ainda está escrito. É a partir da imagem da tabuleta que Aristóteles define o pensamento enquanto, não uma coisa, mas um ser em pura potência.

Assim, o filósofo italiano lança sua investigação sobre o conceito de potência em Aristóteles:

“Toda potencia de ser ou de fazer algo é, de fato, para Aristóteles, sempre potencia de não ser ou de não fazer, uma vez que, de outro modo, a potencia passaria desde sempre ao ato e com este se confundiria (segundo a tese dos Megáricos refutada explicitamente por Aristóteles no livro Theta da Metafísica). Essa “potência de não” é o segredo cardeal da doutrina aristotélica sobre a potencia, que faz de toda potência, por si mesma, uma impotência. Como o arquiteto mantém sua potência de construir mesmo quando não a coloca em ato e como o tocador de cítara é tal porque também pode não tocar a cítara, assim o pensamento existe como uma potência de pensar e de não pensar, como uma tabuleta encerada sobre a qual nada ainda está escrito.” (Ibid., p. 14)

Portanto, a teoria aristotélica sobre a potência é essencial para a análise de Agamben pois considera o ser em potencial como aquele que *pode ser e pode não ser*, sendo somente experienciada a potência pura quando é possível exercer sua impotência, bem como sendo esse o motivo pelo qual não se pode confundir potência com a simples passagem ao ato.

E, todavia, a potencia é justamente a coisa mais difícil de pensar. Porque se a potencia fosse sempre e somente potencia de fazer ou ser algo, então, nós não poderíamos jamais experimentá-la como tal, mas, segundo a tese megárica, ela só existiria no ato que a realiza. Uma experiência da potencia como tal é possível apenas se a potencia for sempre potencia de *não* (fazer ou pensar algo), se a tabuleta para escrever *pode não ser escrita*. (Ibid., p. 21)

É no sentido de lançar luz sobre a impotência, o *poder não ser* ou fazer, que Bartleby se caracteriza como um paradigma para Agamben. O escrevente ao proferir a fórmula *preferiria não* restitui a potência de não ao ser.

Agamben alerta que a potência nada tem a ver com a vontade, apesar da nossa tradição ética com frequência procurar evitar o problema da potência “reduzindo-o aos termos da vontade e da necessidade: não o que você *pode*, mas o que você *quer* ou *deve* é o seu tema dominante” (Ibid., p. 26). Dessa forma:

Crer que a vontade tenha poder sobre a potência, que a passagem ao ato seja resultado de uma decisão que põe fim à ambiguidade da potência (que é sempre potencia de fazer e de não fazer) – essa é, precisamente, a perpetua ilusão da moral. (Ibid., p. 27)

Bartleby, após a última cena narrada do conto anteriormente, continua a enunciar a mesma frase diante dos pedidos do advogado, como quando é requerido a conferir as suas próprias cópias, solicitado para que vá aos correios, questionado sobre onde nasceu e sua história, até que decidi não copiar mais e é demitido pelo advogado, ainda assim responde: *preferiria não*.

O filósofo considera a frase tão repetida de Bartleby ao longo da obra de Melville, *preferiria não*, como a fórmula da potência, pois a mesma coloca em questão exatamente a supremacia da vontade sobre a potência e abre uma zona de indiscernibilidade entre o sim e o não, entre o preferível e o não preferido, entre a potência de ser e de não ser.

Bartleby recoloca em questão precisamente essa supremacia da vontade sobre a potência. [...] Daí a irredutibilidade do seu “preferiria não”. Não é que ele não *queira* copiar ou que *queira* não deixar o escritório – apenas *preferiria* não fazê-lo. A fórmula, tão meticulosamente repetida, destrói toda possibilidade de construir uma relação entre poder e querer, entre *potentia absoluta* e *potentia ordinata*. Ela é a fórmula da potência. (Agamben, 2015, p. 28)

Para Agamben, é essa potência absoluta, potência pura que é característica da vida humana, afirmar a vida como potencialidade significa dizer que ela não tem uma função definida, que sua prática não está atrelada a um objetivo específico. E é somente a partir dessa perspectiva que se pode pensar o conceito de ética.

O fato do qual deve partir todo discurso sobre a ética é que o homem não é nem há de ser ou realizar nenhuma essência, nenhuma vocação histórica ou espiritual, nenhum destino biológico. Somente por isso algo como uma ética pode existir: pois é claro que se o homem fosse ou tivesse que ser esta ou aquela substância, este ou aquele destino, não haveria nenhuma experiência ética possível – haveria apenas tarefas a realizar. Isto não significa, todavia, que o homem não seja nem tenha que ser alguma coisa, que ele seja simplesmente entregue ao nada e possa, portanto, a seu arbítrio decidir ser ou não ser, estabelecer ou não estabelecer este ou aquele destino (nihilismo e decisionismo se encontram nesse ponto). Há, de fato, algo que o homem é e tem de ser, mas este algo não é uma essência, não é, aliás, propriamente uma coisa: é o simples fato da própria existência como possibilidade ou potência. (Agamben, 2013, p. 45)

Agamben, ao pensar uma arqueologia do ofício, enquanto o que visa conduzir e governar a vida, dar forma ao uso da mesma, investiga a ontologia da operatividade na modernidade.

O conceito de ofício significou, nesse sentido, uma transformação decisiva das categorias da ontologia e da praxe, cuja importância resta ainda medir. No ofício, ser e praxe, aquilo que o homem faz e aquilo que o homem é, entram em uma zona de indistinção, na qual o ser se resolve em seus efeitos práticos e, com uma perfeita circularidade, é aquilo que deve (ser) e deve (ser) aquilo que é. Operatividade e efetualidade definem, nesse sentido, o paradigma ontológico [...] tanto do ser quanto do agir nós não temos hoje outra representação senão a efetualidade. Real é só o que é efetivo e, como tal, governável e eficaz. (AGAMBEN apud GUIMARÃES, 2015, p. 83)

Por ontologia da operatividade o filósofo italiano “designa a operação de um ser que não é simplesmente, mas põe-se em obra, efetuando e realizando a si mesmo”, aqui o ser é conjugado a sua efetualidade, é visto como inseparável de seus efeitos, resumindo-se à sua funcionalidade, sendo ele a própria operação. (GUIMARÃES, 2015, P. 83)

A partir dessa ontologia da operatividade, Agamben lança luz ao conceito de inoperatividade, que só é possível alicerçado ao de potência de não. A inoperatividade não significa uma simples ausência de obra, gesto inverso ao de operar, nem uma forma sem emprego da negatividade, e sim:

[...] exercer a privação no ato, relacionando-se com o seu conceito de potência de não. De modo que a inoperância não é nem atividade e nem inércia, mas algo entre estes, ou estes de outra perspectiva: a inoperância, para o homem, é a possibilidade de exercer sua impotência em todo ato, em toda obra. Nisso consiste a inoperosidade, a atividade do homem é em si mesma um tornar inoperante. (Ibid., p. 70)

Assim, para o filósofo, a inoperância se vincularia à operação, restituindo potência ao ato. Mais do que fazer ou não poder fazer, o homem pode não fazer, pode a impotência e, conseqüentemente, abre caminho para a inoperosidade.

Guimarães (2015) afirma que, retomando a personagem Bartleby, apesar de a mesma utilizar a sua potencia de não e ir contra a ontologia da operatividade, pois não se resume a uma operação ou efeito definidos, ainda não consegue fazer da inoperosidade um gesto e é por isso que acaba morrendo.

5. Considerações Finais: uma ética Bartleby da inoperosidade?

Apesar de utilizarmos Bartleby como psicólogo na ficcionalização da cena exposta neste trabalho, não podemos pensá-lo com a mesma performance que a personagem original. Visto que, no seu exercício profissional, o psicólogo é convocado a atender demandas, a exemplo da situação que ocorreu a nossa personagem.

Nesse sentido, nosso objetivo neste trabalho é pensar um psicólogo Bartleby inoperoso, ao invés de inoperante como o escrevente. Inoperante ao passo que se configura como uma ausência de obra, como uma demora no exercício da privação.

Podemos, então, pensar uma ética Bartleby? Uma ética da inoperosidade e, mais precisamente, uma ética inoperosa da práxis psicológica? Sendo a inoperosidade o retomar da impotência à práxis humana, como podemos pensar um práxis psicológica retomar a sua impotência, seu uso inoperoso, sem estar refém de uma operatividade, um uso sempre definido e pré-determinado.

Pensando na Psicologia enquanto ciência da norma, enquanto um dispositivo da tecnologia da normalização, poderíamos pensar em uma ética inoperosa da norma? Um agir do psicólogo que coloque em suspensão a especificidade do uso da norma?

Para Agamben, o dispositivo consiste em “um conjunto de práxis, de saberes, de medidas, de instituições cujo objetivo é o de administrar, governar, controlar e orientar, em um sentido em que supõe útil, os comportamentos, os gestos e os pensamentos dos homens”, se constituindo enquanto uma estratégia para a captura e o governo do ser humano e de sua vida, inscrevendo-se sempre em uma relação de poder. (AGAMBEN apud GUIMARÃES, 2015, p. 90)

Todo uso pode transformar-se numa prisão se a sua dimensão potencial se perde no processo, havendo assim uma supremacia da subjetivação sobre a dessubjetivação, e com isso um controle da vida, que ao invés de potencial se torna refém do agir e de um uso específico; já se há uma oscilação entre subjetivação e dessubjetivação, o uso pode permanecer nascente. (GUIMARÃES, 2015, p. 91)

Utilizando a norma enquanto dispositivo, não se precisa destruí-la ou inutilizá-la, mas liberar a sua potencialidade para um novo uso, sem necessariamente estar vinculado a sua especificidade original.

6. Referências

AGAMBEN, Giorgio. **A comunidade que vem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. 103 p.

_____. **Nudez**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014. 181 p.

_____. **Bartleby, ou da contingência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. 111 p.

AZAMBUJA, Celso Candido. Introdução ao método genealógico de Nietzsche. **Ethic@ - Revista Internacional de Filosofia da Moral** do Núcleo de Ética e Filosofia Política da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, v.12, n.1, p.127-142, jun. 2013.

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Giorgio Agamben: uma arqueologia da potência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. 223 p.

_____. **Vocabulário de Foucault – Um percurso pelos seus temas, conceitos e autores**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. 477 p.

DRAWIN, Carlos Roberto. Ética e Psicologia: por uma demarcação filosófica. *Revista Psicologia Ciência e Profissão*.

DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013. 348 p.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. 2ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a. 269 p.

_____. **Os Anormais: curso no Collège de France (1974-1975)**. 1ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b. 330 p.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014a. 74 p.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Petrópolis-RJ: Vozes, 42ª ed., 2014b. 302 p.

GUIMARÃES, Diego. **Agamben & Bartleby: a personagem como paradigma para investigar a potência de não e a inoperosidade**. 2015. 108 f. Dissertação (Mestrado em Estética e Filosofia da Arte) – Instituto de Filosofia, Artes e Cultura, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2015.

MELVILLE, Herman. **Bartleby, o escrevente: uma história de Wall Street**. In: AGAMBEN, G. *Bartleby, ou da contingência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. 111 p.

PRADO FILHO, Kleber. **Para uma genealogia da Psicologia**. In: GUARESCHI, N. M. F.; AAZAMBUJA, M. A.; HUNING, S. M. (Org.). **Foucault e a psicologia na produção de conhecimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014. Cap. 4, p. 107-123.

